

Jobim reclama do ritmo

A discussão e votação das medidas provisórias amplia bastante o índice de produtividade do Congresso Nacional. Criadas pela Constituição de 1988, foram editadas, até hoje, nada menos do que 191 medidas provisórias — sendo 148 pelo ex-presidente José Sarney. Como, desse total, 128 foram efetivamente apreciadas, equivale dizer que no período de 20 meses de existência desse novo instrumento legal, o Legislativo “produziu” 6,25 leis por mês — incluídos o recesso parlamentar — ou então 0,2 por dia — contados sábados, domingos e feriados.

Das 191 medidas provisórias encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Palácio do Planalto, 76 foram aprovadas integralmente. Os parlamentares, baseados na resolução nº 01/89, alteraram 49 delas, que foram aprovadas como projetos de conversão, e rejeitaram nove. Desse total, 39 MPs não foram deliberadamente apreciadas pelo Legislativo.

Foi depois de analisarem esses números que os parlamentares co-

meçaram a discutir a necessidade de regulamentação da edição das medidas provisórias, o que resultou no projeto de lei de autoria do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O autor da proposta explica que “não há condições” do Congresso continuar “trabalhando em função do ritmo imposto pelo Poder Executivo”. O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), um dos co-autores do projeto, explica que a regulamentação é necessária também para evitar os excessos que o Presidente da República possa querer cometer”.

Mesmo assim, a bancada que dá sustentação ao governo está conseguindo esvaziar a discussão em torno do projeto Jobim. Os parlamentares da oposição reconhecem que, “apesar de relevante”, a matéria dificilmente será apreciada antes do recesso. O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, continua insistindo na inclusão do projeto na pauta de votação. Afirma que esta semana levará a discussão do pedido de urgência urgentíssima, mais uma vez, para a reunião do colégio de líderes.